



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

JÉSSICA FROTA

EMERSON EDUARDO BEZERRA SILVA

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR: UM ESTUDO A PARTIR DE PERIÓDICOS NACIONAIS DA
EDUCAÇÃO FÍSICA**

BRASÍLIA
2021

JÉSSICA FROTA

EMERSON EDUARDO BEZERRA SILVA

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR: UM ESTUDO A PARTIR DE PERIÓDICOS NACIONAIS DA
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Educação Física, da Faculdade de Educação Física, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Educação Física.

Orientador: Jonatas Maia da Costa

BRASÍLIA
2021

JÉSSICA FROTA

EMERSON EDUARDO BEZERRA SILVA

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR: UM ESTUDO A PARTIR DE PERIÓDICOS NACIONAIS DA
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Educação Física, da Faculdade de Educação Física, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Educação Física.

Defendido e aprovado em ____ de Maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jonatas Maia da Costa
FEF-UnB – Orientador

Prof. Dr. Alexandre Luiz G. de Rezende
FEF-UnB - Examinador

AGRADECIMENTO

Jéssica Frota

Realizar este TCC foi uma honra para mim, o estresse que passei foi apenas no início, pois sabia o tema, mas não sabia por onde começar e graças a ilustre presença do Bruno (marido, que me estimulou a nunca desistir, sempre segurou a minha mão e fez eu dar o meu melhor), Ramsés (meu dog, que me deu toda assistência quando estava em prantos) e Pâmela Quesia (co-orientadora e amiga, que puxou minha orelha até dizer chega, mas isso me fez tão bem aqui no presente) pude aos poucos expor meus sentimentos e produzir um conteúdo que retratasse o que eu queria passar, sem eles não seria essa pessoa madura que faria um trabalho tão incrível assim. Mais à frente convidei meu querido amigo Emerson Eduardo, amigos desde antes da faculdade (mentira, a gente não se gostava kkk) trabalhávamos na mesma empresa e por incrível que pareça passamos na mesma faculdade, no mesmo curso e na mesma turma, coincidências, destino ou não desde sempre se tornou meu parceiro de trabalhos, de vida, um amigo que chamo tranquilamente de irmão e não pude deixar de ter a oportunidade de trabalhar com ele neste momento tão importante (ele nem sabe mas a felicidade que fiquei quando ele aceitou esse convite hahahah). Partindo mais uma vez para os agradecimentos, preciso agradecer a Cinny e Ciely, minhas gêmeas que me ajudaram desde o início com ideias, sugestões, gastou o tempo delas assistindo nossa apresentação antes do oficial, Cinny corrigindo meu trabalho, pois ela é, claro, uma excelente revisora.

Este TCC como já havia dito foi leve, não houve atrito de opiniões entre mim e Emerson, sempre estávamos ali, sem nenhuma dificuldade, parece até estranho falar isso, mas a conexão com esse tema fez tudo ser leve, e finalizar um curso dessa maneira, não tem preço para mim.

Ter essas pessoas que citei ao meu lado em plena pandemia é uma honra pois é tudo tão incerto, vidas indo embora, pessoas ignorando mortes, e em meio de um caos, um TCC, um tema que mexe com vidas descartadas por grande parte da população e esse artigo eu não quero que seja só mais um, e sim quero que faça diferença na vida de alguém, quero que toque cientistas, quero que toque pessoas a serem melhores, esse é o meu objetivo.

AGRADECIMENTO

Emerson Eduardo

É incrível como os planos de Deus são maravilhosos para cada ser humano, Ele nos surpreende de todas as formas inimagináveis. Ingressei em uma das mais conceituadas universidades do Brasil em 2016. Não acreditei, só agradei a Ele, aquele que pode todas as coisas e que transforma o abstrato em concreto. Hoje com o TCC finalizado eu não poderia começar meus agradecimentos senão ao meu Mestre, que mais do que qualquer pessoa sempre esteve ao meu lado, desde meu início na graduação. em todos as proavações Ele estava lá. Grato sou a Ti meu Deus.

Além d'Ele, quero agradecer a pessoa natural mais importante da minha trajetória, minha amada esposa, a qual direcionada como instrumento para minha vida, sempre se mostrou presente. Ela é a minha motivação para seguir em frente, é a minha porção diária de alegria, de carinho, de aconchego, minha melhor amiga. Eu te amo Any Caroline, minha preciosa, meu diamante, minha princesa, minha Julieta. Grato sou.

Sou grato pela amizade da Jéssica Frota minha companheira de graduação, de trabalhos em dupla, em grupo e por fim TCC. Obrigado por sua amizade e confiança em mim. Somos chatos com nossos compromissos e trabalhos e isso nos aproximou ainda mais, está comprovado que fazemos uma ótima dupla. Gratidão por tudo.

Quero agradecer ainda a minha mãe Noêmia, minha rainha, minha irmã Diery, meu pai João Lourenço que sempre acreditaram em mim e que me proporcionaram ser o que sou hoje. Gratidão ao meu amigo Rodrigo Escovedo, conselheiro de todas as horas e melhor amigo. Amo vocês.

Em meio a esta pandemia, agradeço novamente a Deus por não ter perdido vocês e por estarem ao meu lado, hoje virtualmente, vocês são peças importantes no meu presente e futuro, assim como foram no passado.

Por fim, quero agradecer a todos os docentes da Faculdade de Educação Física, por meio deles obtive grande conhecimento para utilizar em toda minha jornada profissional. Agradeço ao professor Jonatas Maia por nos direcionar neste trabalho com maestria e paciência. Grato sou.

RESUMO

O estudo analisa a inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) na Educação Física Escolar (EFE) a partir de periódicos nacionais da educação física (EF). Diante disso, foram selecionados artigos científicos de periódicos em revistas nacionais, Qualis >B2, publicados após a promulgação do estatuto da PcD (LEI nº 13.146/2015). Foram analisados 17 artigos, fundamentando quatro categorias gerais: a) Formação docente; b) Percepção dos alunos com deficiência; c) Papel efetivo do governo e da sociedade; d) Transformações para uma efetiva inclusão. Os resultados apresentam os problemas de uma formação inicial insuficiente, de falta de apoio governamental e social, além da falta de pessoalidade para com a PcD. Conclui-se que é necessária uma participação mais ativa quando relacionado a prática, para solucionar os problemas apontados para uma efetiva inclusão na EFE.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Educação Física Escolar. Inclusão Escolar. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

This study analyzes the inclusion of People with Disabilities (PWD) in Physical Education at schools based on national journals on physical education (PE). The scientific papers and journals selected were Qualis > B2 ranked, published after the enactment of the Person with Disability Statute (Law n° 13.146 / 2015). Seventeen articles were analyzed regarding four major categories: a) Teacher training; b) Students with disabilities's perception; c) Governmental and societal active role; d) Changes for effective inclusion. The results reveal issues concerning insufficient initial training, absence of governmental and societal support as well as problems recognizing individuality. It concludes that a more active engagement is necessary, when related to practice, to solve the problems shown in order to foster effective inclusion in school PE.

Keywords: Person with Disability. School Physical Education. School inclusion. Person with Disability Statute.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
EF	EDUCAÇÃO FÍSICA
EFE	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
PCD	PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Inclusão escolar	10
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 13146/15	13
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
4.1 Formação docente.....	16
4.2 Percepção dos alunos com deficiência (percepção dos atores principais na inclusão)	20
4.3 Papel efetivo do estado e da sociedade.....	21
4.4 Transformações para uma efetiva inclusão	23
5 CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

1.1 Inclusão escolar

Historicamente, as pessoas com Deficiência (PcDs) sofrem adversidades relacionadas à sua não-inserção em âmbitos laborais e educacionais, dessa forma, não participando de forma ativa em atividades e recreações na escola e em parte, excluídos pela sociedade e privados de seus direitos. Com muita luta, combatendo o preconceito e conquistando seu espaço, os direitos começaram a ser garantidos a partir de leis, estatutos e decretos; porém, sabe-se que ainda há muito a alcançar, visto que o estigma do preconceito, associado às pessoas com deficiência ainda está presente na sociedade.

A dificuldade do acesso à educação para PcD percorreu durante anos até que, enfim, este acesso tomasse sua forma. A partir da promulgação da lei n. 7.853 de 24 de outubro (BRASIL, 1989), que dispõe sobre prerrogativas às PcDs afirmando constituir crime punível “recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência”, proporcionou-se à PcD uma garantia do direito fundamental a educação.

A inclusão educacional foi oficializada no Brasil com a Constituição de 1988. Em 1994, a declaração de Salamanca desencadeou um grande processo de mudança no sistema educativo, demandando que os “Estados assegurem que a educação das pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional” (UNESCO). Esta declaração foi um salto histórico para a PcD, pois as PcDs adquiriram a garantia do acesso à educação. Fragoso & Casal (2012) e Darido (2003) trazem a reflexão de que a escola, além de promover o conhecimento, também prepara os alunos para a questão da conscientização em relação ao próximo, ensinando-lhes a pensar na inclusão sem discriminação, destacando a importância do saber fazer e saber o porquê está fazendo, mostrando os direitos e deveres de cada um, proporcionando um ambiente sociável e acolhedor para todos.

Posteriormente, o Poder Legislativo brasileiro promulgou a Legislação Educacional Brasileira: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), n. 9.394, de outubro de 1996, a qual diz em seu 1º artigo: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. (BRASIL, 1996). Sucessivamente, foram lançados outros documentos complementares assegurando os direitos da PcD. Além dos documentos já citados no texto, pode-se destacar também: o decreto n° 3298/99,

regulamentação da Lei nº 7853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da PcD e consolida as normas de proteção (BRASIL); a resolução CNE/ CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL); o PNE em Direitos Humanos (2007), elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, que inclui temas relacionados às PcDs nos currículos das escolas; o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), que aborda a acessibilidade nas escolas; a Lei Brasileira de Inclusão da PcD (Estatuto da Pessoa com Deficiência), lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e também assegurando educação de qualidade à PcD, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015, art. 1, caput § único art. 27).

Apesar de vários dispositivos legais visando assegurar a inclusão das PcDs, os conteúdos da educação inclusiva na educação física escolar (EFE) têm sido insatisfatoriamente estudados no nosso país devido ao fato de se considerar que Educação Física não é essencial para o processo de inclusão social ou escolar (RODRIGUES, 2003, p. 5). Segundo Costa & Souza (2004), a educação caminhou de forma isolada da educação especial. A visão que se estabelecia sobre deficiência era associada à doença, que eram incapazes de aprender com os demais alunos. Conforme Castellani Filho (2010), o Decreto nº 21.241 da Portaria nº 13 e 16 de 1938 proibia a matrícula e a participação dos alunos com limitações nas aulas de EF, mostrando que uma pessoa com deficiência não traria benefícios e nem contribuições ao progresso do país.

Diante disso, é notória a necessidade de explorar, discorrer e debater sobre a questão da inclusão da pessoa com deficiência (PcD) na educação física escolar. É de extrema relevância o estudo desse tema por conta do alusivo preconceito, da falta de estrutura, da discriminação para com a PcD, da defasada formação docente (inicial e continuada) e da falta de apoio por parte do governo e da sociedade. É necessário aprofundar esses apontamentos e direcionar soluções.

Conforme Carvalho *et. al.* (2017), a partir da validação da educação inclusiva, as disciplinas integrantes do currículo do sistema educacional nacional básico viram-se desprovidas de adaptações para o atendimento de alunos até então não-presentes habitualmente em suas aulas. Carmo (2002) corrobora que a EF não está preparada para tratar o uno e o diverso concomitantemente; conforme aponta o modelo da inclusão, seus conteúdos estão estagnados,

o que lhe obriga a recorrer às adaptações. Essas sempre devem ocorrer independente dos conteúdos estarem estagnados ou que necessitem de reformulações.

Além disso, conforme Sanfelice (1989), é importante ter uma igualdade de oportunidades, sendo necessária uma ação pedagógica diferenciada. Assim, Costa e Souza (2004) dizem que não se pode mais pensar em pleno século XXI na educação física adaptada desvinculada da educação física geral. Desse modo, a EF deve ser vista como um campo fértil para criatividade e manifestações de valores e sentimentos humanitaristas, contribuindo para que nos espaços escolares se concretize o combate ao preconceito e à exclusão social (FERNANDES; MÜLLER, 2008, p. 14).

Como disseram Vasconcellos *et. al.* (2016), estar no ambiente escolar não garante a inclusão do aluno com deficiência. Bem como Marinho (2004) diz, a EF pode oferecer oportunidades para a formação do homem crítico, consciente e sensível à realidade que o rodeia; porém, caso se mantenha acrítica, reproduzindo a exclusão social, pode gerar também o homem conformista, ingênuo.

Em uma outra linha de problematização, Carvalho *et. al.* (2011) citam que o processo de inclusão é legalizado e institucionalizado; porém, acredita-se que diante do cenário atual, a urgência de reavaliar institucionalmente as exigências dos alunos é necessária, pois os professores de EF têm apresentado um discurso no qual compartilham dos ideais inclusivos, mas, não conseguem consolidar esses ideais durante suas práticas educativas. Dessa forma, confirma-se a falta de continuidade de formação e falta de interesse por parte dos docentes no aprofundamento do tema.

Previamente, é preciso aprofundar o conhecimento a partir da lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da pessoa com deficiência –, que é o princípio que fundamenta esse estudo; em especial, o Art. 28º, que expõe ações para implementar a inclusão de PcDs na educação escolar. A lei assume as estratégias e os compromissos que visam garantir o cumprimento de uma introdução da igualdade, do exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando à sua inclusão social e uma inserção digna da cidadania. É importante salientar, no entanto, que o foco neste estudo é a inclusão na EFE.

Esse estatuto reflete o compromisso ético de acolhimento e pluralidade democrática adotados pela Constituição Federal (CF) ao demandar que não apenas as escolas públicas mas também, as particulares devem elencar sua atuação educacional a partir de todos os aspectos e potencialidades do direito fundamental à educação.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 13146/15

Em seu primeiro capítulo das disposições gerais, para fins de aplicação da lei, o art. 3º inciso I da Lei 13146/15 dispõe sobre a acessibilidade: “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia de espaços, edificações por PcD ou com mobilidade reduzida”. Além disso, define o conceito de barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo do exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão.

Em seu segundo capítulo, no art. 4º, discorre sobre a igualdade e da não-discriminação: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Em seu primeiro parágrafo, mostra as formas de discriminação que incluem restringir e/ou excluir, por ação ou omissão, que tenha o propósito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento da PcD.

Indo para o tema educação, que é o propósito deste trabalho, focado na EFE, o art. 27º da Lei n. 13.146/2015 assegura o aprendizado e a educação para as PcDs a partir de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis; em seu parágrafo único diz que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência”. Pode-se ver que este artigo não difere do art. 205º da CF/88: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”.

Como eixo deste estudo, o art. 28º do estatuto expressa diversas ações teóricas para a implementação da inclusão, direcionadas para o poder público, como atividade meio. Cabe destacar que esses direcionamentos são voltados também para a comunidade educacional, como meio, e para sociedade com seu papel de auxiliadora, facilitadora e requerente de atitudes concretas.

Entre as diversas ações, destacam-se: sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades; aprimoramento dos sistemas educacionais; projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado; adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de

formação continuada para o atendimento educacional especializado; formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado; inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior, de temas relacionados à PcD nos respectivos campos de conhecimento.

Destarte, a realidade destas ações, a prática do meio inclusivo, se encontra ainda em discordância com a referida lei. Há muitas barreiras em relação à inclusão da PcD na atual situação, além de a legislação ter a sua aplicação reduzida. E apesar de existir amparo legal até mesmo antes da lei 13.146, a prática mostra-se, sobretudo, diferente.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é apontar os problemas para parcial/total não-concretização dessas intervenções teóricas por meio de análises de periódicos brasileiros para identificar a produção científica sobre a PcD na EFE que esteja correlacionada a esse marco legal e indicar prováveis soluções apontados pelos estudos para esses problemas.

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Segundo Gil (2002, p. 44), o procedimento bibliográfico é desenvolvido com fundamentos em materiais já elaborados e, produzido essencialmente por meio da análise de livros e artigos científicos. Com uma definição de estratégia de busca, é possível estabelecer os critérios de inclusão e exclusão dos artigos, além de uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada.

O processo de desenvolvimento desse tipo de estudo de revisão inclui caracterizar cada estudo eleito, avaliar a qualidade deles, identificar conceitos importantes, comparar as análises estatísticas apresentadas e concluir sobre o que a literatura informa em relação à determinada intervenção, apontando ainda problemas/questões que necessitam de novos estudos. Um trabalho de revisão sistemática segue a estrutura equivalente a de um artigo original.

A pesquisa teve início na busca de artigos em periódicos nacionais, (Qualis > B2) conforme tabela baixo:

REVISTAS INCLUSAS

TABELA 1

ISSN	REVISTA	QUALIS
------	---------	--------

1982-8918	Movimento	A2
2175-8042	Motrivivência	B2
1980-6574	Motriz	B1
1516-2168	Revista do Programa de PG Interdisciplinar em Estudos do Lazer (LICERE)	B2
0101-3289	Revista Brasileira de Ciência do Esporte (RBCE)	B1
1807-5509	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (RBEFE/USP)	B1
0103-1716	Revista Brasileira de Ciência e Movimento (RBCM)	B2
1980-6183	Pensar a Prática	B2

FONTE: Elaboração própria

Sendo que, dentre essas oito revistas, salienta-se que dois importantes periódicos não continham os assuntos sobre pessoa com deficiência na EFE, sendo elas: LICERE, MOTRIZ, no interstício de tempo de 6 de julho de 2015 a 6 de julho de 2020.

Na primeira fase, as buscas partiram dos descritores: “pessoa com deficiência”, “portador de deficiência”, “pessoas com necessidades especiais”, “necessidades educacionais especiais” e “inclusão”, nas revistas supramencionadas na tabela acima. Foram encontrados com leituras de títulos e resumos, um total de 59 artigos. Na segunda fase, foram excluídos 42 artigos, por não se tratar do tema EFE. Por conseguinte, 17 artigos fundamentaram a relação da pessoa com deficiência na EFE. Destaca-se que os descritores aplicados nesta pesquisa não são mais utilizados em sua maioria no atual cenário, entretanto, ainda são citadas em artigos científicos mais antigos, são elas: “portador de deficiência”, “pessoas com necessidades especiais” e “necessidades educacionais especiais”. Lembrando que a alteração da nomenclatura faz parte de um processo progressista de valorização da PcD.

Após a leitura dos títulos e resumos os documentos foram classificados para uma melhor compreensão do tema, isto em quatro categorias gerais: a) Formação docente; b) Percepção dos alunos com deficiência (percepção dos atores principais na inclusão); c) Papel efetivo do governo e da sociedade; d) Transformações para uma efetiva inclusão.

Como o próprio nome indica, a primeira categoria reúne estudos que debatem os problemas relacionados com a formação docente para a promoção da EFE inclusiva. A segunda, por sua vez, diz respeito a estudos que lançam as considerações sobre a importância do contato com o aluno deficiente, a sua visão sobre as abordagens realizadas pelos educadores, e a visão dos outros sobre os alunos com deficiência. A terceira, por conseguinte, delimita pesquisas que analisam as ações públicas e sociais, por parte do governo e da sociedade, que se dedicam a criar as condições necessárias para a inclusão escolar no Brasil. A última, por fim, busca, através de pesquisas científicas, apontar possíveis soluções para uma inclusão mais efetiva, partindo dos problemas apontados nas categorias antecedentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Formação Docente

A categoria Formação docente reúne um conjunto de estudos que tem como temática a necessidade de uma formação inicial mais adequada para os graduandos, além de uma formação continuada primordial para o conhecimento sobre as necessidades dos alunos com deficiência. Diante disso, tais trabalhos buscam distintos aspectos dessas questões, com diversas perspectivas.

Tabela 2 Periódico formação docente

Títulos	Autor (es)	Periódicos	Ano
A percepção dos discentes de educação física sobre a inclusão escolar: reconstruções por intervenção na formação inicial.	Carvalho, Salerno, Piculli e Araújo	Motrivivência	2017

Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares do Brasil: uma revisão sistemática de literatura.	Castro e Telles	Motrivivência	2020
Formação profissional inicial em atividade física adaptada: análise da produção científica internacional.	Rossi–Andrion, Vilaronga, Munster	Movimento	2019
A pesquisa em atividade física adaptada.	Alves, Storch, Harnisch, Strapasson, Almeida, Duarte.	Pensar a prática	2017
Equoterapia como ação extensionista de inclusão social e escolar.	Daxenberger, Castro, Cândido, Henriques	Revista Brasileira Educação Física Esporte (USP)	2020

Fonte: Elaboração própria

De acordo com Carvalho *et. al.* (2017), apesar de determinações legais a respeito de disciplinas com a temática inclusão escolar no currículo superior de EF, somente isso é insuficiente para garantir um desenvolvimento eficaz para a construção de uma verdadeira EF inclusiva. Nessa conjuntura, obstáculos referentes à organização dessa nova formação inicial têm sido apontados pelos estudos da área como principais entraves à construção da inclusão na EFE. Com base tanto em Gomes (2007) quanto Salerno (2014) a autora cita-os, relatando como resultado de suas pesquisas, que os discentes desse curso não se consideram preparados para o trabalho com pessoas com deficiência, mesmo após o acompanhamento de disciplinas referentes a esta questão, durante a graduação.

Castro *et. al.* (2020), destaca a falta de preparo profissional adequado para promover a inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, a autora ainda fundamenta seu artigo correlacionando esse fato com os estudos de Barreto *et. al.* (2013), em que os autores afirmam a falta de preparo do professor de EFE ao incluir alunos com deficiência em suas aulas regulares. O sentimento de despreparo e falta de capacitação por parte dos professores está ligado à formação inicial como graduandos de EF, diretamente inerente à grade curricular e metodologia do curso, pois durante a formação, estuda-se o desenvolvimento motor, gestos técnicos, modalidades esportivas e planejamento de aulas voltadas à PcD, conforme os autores.

Citando Gutierrez *et. al.* (2011) e Pedrosa *et. al.* (2013), a autora afirma que ao final da graduação a maioria dos professores não se sente preparada devido a carência de conteúdos de Educação Física adaptada.

É interessante salientar a experiência prática na formação inicial, sendo esse contato direto com as PcD, por meio de estágios acadêmicos e/ou de experiências pessoais anteriores ao início da formação inicial, de acordo com Rossi-Andrion *et. al.* (2019). Além disso, ao citar Castro *et. al.* (2015), a autora destaca que a formação profissional, além de envolver uma formação básica, sólida que associa teoria e prática por meio de estágios supervisionados, ainda envolve as experiências anteriores advindas de instituições de ensino e de outras atividades.

A experiência prática é a principal responsável por relacionar várias vertentes para uma melhor formação inicial, pois são essas experiências práticas por meio de estágios em ambientes reais, juntamente com a teoria, que interferem positivamente nas atitudes e nos sentimentos dos estudantes, tornando-os mais bem preparados para a atuação frente à inclusão de pessoas com deficiência, essas vivências deveriam ser mais ofertadas (Rossi-Andrion et al, 2019, p. 11).

Alves *et. al.* (2017), volta a ressaltar que a maior dificuldade para inclusão de PcD na escola está intrinsecamente ligada a uma inadequada formação inicial, especializada com enfoque nas PcD além de uma precária formação continuada, as quais impedem uma melhor adequação metodológica para os alunos PcD. Diante disso, é perceptível a falta de contato dos docentes em relação a esse tema.

Daxeberger *et. al.* (2020) expressa em seu artigo que as atividades de projetos de extensão dão oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a graduação e, assim, colaboram para uma formação profissional cada vez mais segura e experiente, sobretudo, no tocante à responsabilidade social. Desta forma, o projeto de extensão contribui, imensamente, em relação ao convívio social, ampliando a visão dos universitários para a sociedade e respeito à diversidade.

Por fim, é importante reforçar a necessidade de uma formação continuada, pois segundo Castro *et. al.* (2020), ao citar GUTIERRES *et. al.*, 2011; PEDROSA *et. al.*, 2013; RAMOS *et. al.*, 2013, a escassa formação continuada e o limitado interesse e adesão por parte dos professores de EF em se especializar, mesmo sabendo da importância desse tipo de desenvolvimento para este processo de inclusão, não é elevado.

Em síntese, pode-se observar que nesse interstício de tempo (2015-2020) ainda existe uma preocupação com uma formação inicial mais adequada na graduação dos docentes para um preparo para o campo de atuação quando este for mais específico, nesse caso a inclusão de PcD.

Não obstante, a formação continuada é de certa forma denegada por parcelas de docentes, pois, talvez por displicência ou falta de apoio institucional ou governamental e até mesmo questões financeiras não buscam uma especialização na área, procurando uma linha de trabalho (ou campo) mais padronizada na sociedade.

Devemos manifestar nossa concordância com a necessária atenção à inclusão nos currículos universitários da discussão e reflexão sobre a EFE inclusiva na formação inicial dos professores, principalmente quando ocorre por meio do estágio supervisionado e de projetos de extensão que propiciam o contato direto e a experiência docente dos licenciando com alunos que tenham diferentes tipos de deficiência (o que inclusive é uma das exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais).

Por outro lado, devemos alertar que a pergunta: “Você se sente devidamente preparado para lidar pedagogicamente com a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física?” Não tem como ser respondida de outra maneira que não de forma negativamente. Simplesmente porque esta preparação não tem como ser realizada de maneira prévia. O que deve pautar as atividades acadêmicas na formação inicial de professores é: a sensibilização para a responsabilidade da escola em atender a todos; a compreensão de que a educação é um direito social das pessoas com deficiência; a aproximação com a pessoa com deficiência para conhecer o seu potencial de aprendizagem e desmitificar a interação social; a disposição para buscar conhecimentos que auxiliem na avaliação diagnóstica das necessidades e interesses da pessoa com deficiência a fim de elaborar um planejamento condizente com esta realidade; e, por último, o investimento na adaptação curricular e educacional para a construção de uma mediação docente capaz de promover a individualização da educação para a PcD.

Acreditamos, portanto, que o professor deve estar consciente de seu papel na educação inclusive corresponde ao de um professor-pesquisador-reflexivo, que deve se envolver com a produção dos saberes docentes que serão responsáveis pela qualidade da aprendizagem e, conseqüentemente, pela promoção do desenvolvimento dos alunos. A capacitação para a educação inclusiva não envolve o ensino de métodos e estratégias didáticas específicas para cada tipo de deficiência, pois, não existem pessoas com deficiência iguais, como também, não requer o estudo aprofundado do quadro clínico de cada tipo de deficiência, pois, pouco informam sobre a pessoa com deficiência que está à sua frente. A capacitação para a educação inclusive requer um professor capaz de pesquisar e criar os recursos didáticos e comunicativos necessários para mediar a aprendizagem para alunos com deficiência.

Não será na universidade que estes saberes serão ensinados, até mesmo porque não é na universidade que eles costumam ser produzidos; talvez, em algumas experiências durante o estágio supervisionado ou na participação em projetos de extensão os estudantes tenham acesso a oportunidade de participar da ação educativa e presenciar essa dinâmica da produção de saberes docentes, mas, geralmente, os saberes docentes que foram produzidos naquela realidade específica, terão que, pelo menos serem adaptados, se não tiverem que ser descartados, para dar ensejo à produção de novos saberes que serão efetivos para aqueles alunos.

4.2 Percepção dos alunos com deficiência (percepção dos atores principais na inclusão)

Tabela 3 periódicos percepção dos alunos com deficiência

TÍTULOS	AUTORES	REVISTA	ANO
Inclusão e educação física no município de rio grande: reflexões sobre as percepções dos educandos com deficiência.	Vasconcellos, Finochetto, Machado, Freitas	Movimento	2016
A participação de jovens com deficiência visual em aulas de educação física: experiências na rede regular e em instituições especializadas.	Furtado, Morato, Gutierrez, Alves.	Pensar a prática	2016

Fonte: Elaboração própria

A categoria percepção dos alunos com deficiência reúne um conjunto de estudos que têm a intenção de dar voz àqueles que são os atores principais na inclusão social, apontando sua visão, e além disso suas maiores dificuldades nesse processo de integração à escola.

Segundo Vasconcellos *et. al.* (2016), o processo de inclusão não deve ser imperativo e nem um estatuto da verdade. Desta forma, entende-se que o processo de inclusão envolve um autoconhecimento por parte das singularidades de cada sujeito e de suas deficiências particulares, pois a inclusão e a sociedade precisam andar lado a lado. Devemos entender a inclusão como uma forma de aproximar os sujeitos para conhecê-los e, de certo modo, melhor conduzi-los e orientá-los.

Vasconcellos *et. al.* (2016) busca relatos dos alunos com Deficiência a respeito de suas visões nas atividades escolares de várias formas, por meio desse processo foi observado que não basta um acesso à educação e a escola para que de fato ocorra uma real inclusão. Diante disso, observa-se que é preciso tomar medidas mais incisivas que garantam uma equidade de acesso à educação e a prática.

Furtado *et. al.* (2019) com o objetivo de analisar a participação de adolescentes cegos e com baixa visão nas aulas de EF do ensino fundamental II da rede regular de ensino, com detalhes para as práticas esportivas oferecidas para estes alunos, conclui, de acordo com a percepção dada pelos próprios alunos com deficiência, que entre outros fatores para a falta de participação desses nas aulas de EF estão a falta de colaboração dos colegas, o medo de se machucar em atividades com bola, a falta de capacitação dos professores e as necessidades de adaptação do espaço.

Nesse sentido, os autores supracitados corroboram de certa forma com Carmo (2002) a qual relata que a EF não está preparada para tratar o uno e o diverso concomitantemente. Portanto, o processo de inclusão transcende a imperatividade, pois não é possível alcançá-la sem perpassar pelo olhar do ator principal, que é o PcD, é necessário entender seus motivos, suas realidades, suas especificidades, entre outros detalhes, e abordá-las de forma mais concreta, ou seja, direta. De todo modo, apesar de uma visão mais detalhada por parte dos alunos com deficiência, pode-se observar que o fato principal para ao menos amenizar a dificuldades por parte desses alunos gira em torno dos docentes que precisam buscar uma maior capacidade específica para orientar esses discentes e também os alunos não deficientes.

4.3 Papel efetivo do estado e da sociedade.

Tabela 4 Papel efetivo do estado e da sociedade

TÍTULOS	AUTORES	REVISTA	ANO
Possibilidades de atuação do professor de educação física no processo de aprendizagem de alunos com deficiência.	Andrade e Freitas	Movimento	2016
A educação física e o trabalho educativo inclusivo.	Simões, Lorenzini, Gavioli, Caminha, Júnior, Melo	Movimento	2018
Educação Física escolar e inclusão: um estudo de caso no Brasil sob a óptica do modelo bioecológico.	Santos, Carvalho, Araújo e Salerno	Motrivivência	2020

Participando da esporte terapia: percepção de pais de crianças com paralisia cerebral.	Brandão, Câmara, Ribeiro, Mancini	Usp	2018
--	-----------------------------------	-----	------

Fonte: Elaboração própria

A categoria papel da sociedade e do Estado reúne artigos que demonstram a necessidade de participação de todos para que se possa alcançar uma mais efetiva inclusão. É importante destacar que esse papel envolve a sociedade como um todo e ações governamentais.

Andrade (2018) ao analisar os modos de agir do professor de EF, cita Vigotski (2000) que esclarece sobre a importância de outros sujeitos como parte fundamental da constituição humana. Isto posto, esclarece a importância de ações conjuntas por parte de todas as pessoas e do Estado, um mediando o outro, pois não é possível alcançar resultados minimamente satisfatórios sem que haja ideias e atitudes concretas.

Simões *et. al.* (2018), mostra-nos a importância da cooperação de uma amostra da sociedade quando relacionamos os alunos não deficientes, que fazem parte do todo, pois para vencer tantas diferenças em um campo social é necessário a colaboração entre as partes integrantes do grupo, fazendo com que a convivência leve ao respeito às singularidades de cada um. Diante disso, observa-se que existindo um mínimo grau de relevância quanto a necessidade do outro pode-se construir uma base para atitudes mais solidárias. O autor relata ainda que é importante lançar desafios à EF inclusiva:

Nosso engajamento político, nossas atitudes cidadãs e pedagógicas devem reivindicar e favorecer a inclusão, não como mera acomodação individual de alguns sujeitos, nem de ajustes perante os limites reconhecidos de estudantes, mas, sim, como uma problematização coletiva das possibilidades de cada um no contexto social e educativo. (SIMÕES *et al.*, 2018, p. 45)

Em relação ao papel do Estado, Santos *et. al.* (2020) expressa que para que sejam efetivadas as ações docentes são necessárias intervenções concretas por parte do governo, porque ainda existe um relato constante sobre as dificuldades docentes centradas na ausência de infraestrutura e materiais adequados.

Além disso, Santos *et. al.* (2020) expõe que as adequações de estruturas que envolvem a acessibilidade passam a ocorrer de acordo com a demanda, ou seja, com a presença real de um aluno que apresenta uma demanda específica. A promoção da acessibilidade deve ser uma regra a ser cumprida em todas as novas edificações, mas, por um critério de economicidade, as

instalações já existentes devem ser progressivamente adequadas de acordo as necessidades específicas da comunidade escolar. Em suma, a escola deve promover meios para que se possa atingir seus objetivos educacionais de forma concomitante ao Estado.

Não é possível perpassar por toda esta categoria sem envolver um dos elos principais para inclusão dos PcDs: os pais. Brandão *et. al.* (2018) em seu estudo que trata de forma específica de alunos com paralisia cerebral (PC) expõe a participação dos pais nas atividades dos filhos. O papel dos pais na inclusão escolar depende de três fatores: aproximação com os docentes; participação ativa nas atividades; e uma função motivacional para seus filhos. A aproximação é importante para que se possa estabelecer uma comunicação eficiente e uma relação de confiança com os docentes. A presente participação estabelece um conhecimento mais efetivo e prático nas atividades promovidas pelos professores para os alunos PcDs, de forma que os pais possam inclusive orientar seus filhos. Por fim, a função motivacional influencia no ânimo e na prática dos filhos durante as aulas.

Em síntese, percebe-se que a inclusão escolar nessa categoria envolve muitos atores, de forma mais específica: alunos não deficientes, Estado, escola e pais; mas não se limitando a estes. Dessa forma, incluir crianças com deficiência não depende tão somente do fator estrutural da escola, necessita também da colaboração por parte dos alunos não deficientes; do papel do Estado — como atividade meio —, em fornecer recursos e promover ações; da escola — como atividade fim —, fazendo a mudanças pertinentes às necessidades reais do seu estabelecimento, usando os prováveis recursos de forma consciente; e os pais como auxiliares do processo, funcionando como ponte dos filhos com a escola. Logo, todo o processo de inclusão escolar decorre de uma mudança de conduta, comprometimento e disponibilidade dos envolvidos.

4.4 Transformações para uma efetiva inclusão

Tabela 5 Transformações para uma efetiva inclusão

TÍTULOS	AUTORES	REVISTA	ANO
Inclusão na educação física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes.	Carvalho, Salerno, Piculli e Araújo	Motrivivência	2017

Construindo um contexto inclusivo na educação física: possibilidades por Célestin Freinet.	Carvalho e Araújo	Motrivivência	2016
A visão da pessoa com deficiência por crianças sem deficiência entremeada pela dança: um encontro de possibilidades.	Oliveira, Lopes, Carvalho e Araújo	Motrivivência	2019
A inclusão na Educação Física escolar: um estudo narrativo com professores de Miracema do Tocantins/TO.	Barcelos, Martins, Bonfat e Brito	Motrivivência	2020
“Vai jogar?” Fatores que influenciam a participação de adolescentes com paralisia cerebral na educação física escolar.	Figueiredo, Cotta	Movimento	2018
A brincadeira de faz de conta com crianças autistas.	Chicon, Oliveira, Santos, Sá	Movimento	2018

Fonte: Elaboração própria

A categoria foi selecionada para ser a última a ser discutida por razão da exposição de possíveis soluções sobre os problemas retratados pelos atores dessa inclusão. Diante disso, procuramos apontar respostas para estes questionamentos supracitados nas categorias.

Carvalho *et. al.* (2017) aponta que é necessário fazer aprofundamentos em relação à inclusão escolar na EF. Ou seja, para que se possa chegar a reais mudanças no ensino deve-se detalhar os seguintes pontos: a acessibilidade; o conteúdo escolar e as atitudes dos docentes. Em relação a acessibilidade é notório que essa ainda é — evidentemente — básica, necessitando de ajustes específicos para cada deficiência. Noutro ponto temos o conteúdo escolar que precisa extinguir por completo o cunho tecnicista, que é envolto pelo jogo e o esporte, para isso exige-se uma discussão entre os docentes e diretores que reproduzem continuamente esta visão sem muita proporção para a inclusão, essa mudança perpassa pela formação docente na graduação. Ademais, as atitudes docentes precisam se voltar para a real inclusão, e não uma participação auxiliadora por parte dos PcDs. A verdadeira inclusão envolve a participação ativa, que é se sentir fundamental e não alguém prescindível.

Em relação à formação docente, Carvalho *et. al.* (2016) baseia-se na proposta pedagógica de Célestin Freinet, que propõe uma educação prática, cooperativa e afetiva para contornar as dificuldades enfrentadas na escola para uma inclusão, defende que os alunos PcDs não devem se adequar ao ensino pré-moldado, o professor deve partir dos princípios de afetividade, cooperação e respeito, se colocando no lugar do aluno. A empatia se torna fundamental, para alcançá-la o docente deve explorar atividades didáticas como a vivência de diferentes condições de deficiência durante as aulas.

Uma solução para participação da sociedade em geral, Oliveira *et. al.* (2019) expressa que não basta normas e medidas legais para que ocorra uma mudança de contexto social em relação à convivência entre alunos PcDs e não deficientes, é necessária uma cultura de valorização e de respeito às diferenças. Destarte, não basta existir normas para que ocorra um envolvimento entre os alunos nas escolas, a valorização e respeito teórico precisam ser contextualizados e ensinados pelos docentes e pais em seus ambientes específicos para as crianças não deficientes, ocorrendo assim um princípio de entendimento em relação às diferenças. Portanto, para construir uma sociedade mais atenta e menos desigual é necessário formar cidadãos que enxerguem as possibilidades, e não as limitações, por meio de interações práticas e exposição ao tema entre PcDs e não PcDs (OLIVEIRA, 2019, p. 18).

Barcelos *et. al.* (2020) demonstra em seu estudo, focado na visão de docentes, que é necessário colocar em exercício sua formação inicial baseada na prática, quando houver. Além disso, é importante haver uma interação intelectual entre os docentes da escola, para que se possa chegar a um denominador comum para envolver de forma específica cada PcD. Os alunos com deficiência devem ser ouvidos como centro, protagonistas do processo de formação (CHICON *et. al.*, 2016) e, além disso, este trabalho necessita ser realizado com empatia e dedicação de forma a potencializar este processo inclusivo (CHICON, 2008, p. 28)

Para compreender melhor o aluno com deficiência, focado na sua própria percepção, Figueiredo *et. al.* (2018) aponta que este processo seria mais hábil se houvesse uma visão mais positiva por parte dos docentes e das pessoas não deficientes, pois ainda existem atitudes comportamentais como: indiferença, superproteção, falta de credibilidade no potencial do aluno e acomodação; essas impedem uma participação mais inclusiva e ativa da PcD. Além disso, de acordo Hilderley e Rhind (2012), um conhecimento pessoal do professor acerca das habilidades e limitações deste aluno facilita o progresso nas aulas, pois muitos desses alunos carregam medo, introspecção, baixa percepção de autoeficácia, comparação e desânimo, fatores estes que exigem esforço e conhecimento mais abrangente dos discentes.

Chicon *et. al.* (2018) em seu estudo voltado para especificidade de um aluno com autismo, demonstra a importância do papel mediador do docente nas brincadeiras. Pode-se destacar que esse papel é necessário para facilitar o envolvimento entre os alunos nas brincadeiras e atividades que envolvam um grande grupo, pois essa atuação permite uma inclusão mais efetiva, porque ao decorrer da atividade o docente faz com que ocorra a agregação por parte dos não PcDs, podendo permitir iniciativas dos próprios no processo de participação de todos, sem que ocorra prováveis exclusões e segregações.

5 CONCLUSÃO

Tendo em vista o que foi abordado ao longo deste trabalho, entende-se que incluir é, sobretudo, reconhecer e efetivar os direitos constitucionais e humanos fundamentais, atendendo ao princípio da dignidade, da igualdade e da solidariedade, previstos na Constituição Brasileira.

Sabe-se que as PcDs em parte, foram colocadas de lado em atividades práticas educacionais, isto em consequência de um meio tecnicista, focado no corpo atlético, tornando dessa forma estas pessoas mais auxiliadoras do que de fato participantes. Salienta-se que a construção da área EF sempre esteve atrelada à escolarização e, atualmente, expõe-se que EFE está ligada à EF. Isto posto, apesar da legislação garantir ao aluno a oferta da Educação Física, enquanto componente curricular da Educação Básica, a realidade da inclusão de alunos com deficiência nessa disciplina ainda se encontra distante dos parâmetros ideais.

Em que pese, os problemas apontados para uma efetiva inclusão escolar denotam a necessidade de um aperfeiçoamento nos conteúdos curriculares na formação docente, englobando mais práticas para lidar com o público com deficiência. Além disso, é de suma importância possuir não somente uma boa base de formação inicial, mas também uma continuidade por parte dos docentes em se aprofundarem na temática, por exemplo, minicursos, simpósios, especializações etc, para que assim possam planejar e executar atividades inclusivas. Um segundo ponto a ser abordado é a falta de um contato mais detalhado com o ator principal, o PcD, por exemplo, conhecer suas características, suas comorbidades, receios, voluntariedade em participar das atividades, a falta disso impede uma comunicação baseada em seus aspectos específicos gerando um bloqueio por parte dos alunos nas aulas.

A inclusão no que tange à EFE, perpassa pela vontade de muitos atores, como o governo, a sociedade e o corpo educacional. Corroborando com o estatuto da PcD, que assegura uma educação para as PcDs, a fim de garantir um sistema educacional inclusivo em todos os

níveis e aprendizado, e em seu parágrafo único afirma que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência”. Por mais que exista um embasamento legal com ações teóricas, carece, de fato, atitudes mais concretas para se ter uma efetiva inclusão escolar. Nesse sentido, é importante reconhecer que essas ações não devem ser singulares, pois dependem de uma uniformidade de intervenções por parte de todos os atores.

Um último problema apontado que, em especial, necessita de atenção é o envolvimento mais pontual de vários atores coadjuvantes para uma inclusão propriamente dita: alunos não deficientes, Estado, escola e pais. É de suma importância, a colaboração por parte dos alunos não deficientes; do papel do Estado, — como atividade meio —, em fornecer recursos e promover ações; da escola — como atividade fim — fazendo as mudanças pertinentes às necessidades reais do seu estabelecimento; e os pais como colaboradores do processo, funcionando como ponte dos filhos com a escola. Logo, todo o processo de inclusão escolar decorre de uma mudança de conduta, comprometimento e disponibilidade dos envolvidos.

É importante salientar a necessidade de estudos que envolvam focar nas atividades escolares práticas, acordadas com o que a lei expressa, e é preciso uma conformidade mais homogênea. Existem lacunas ainda não respondidas devido ao tempo de promulgação da lei para sua colocação em prática, que podem ser respondidas futuramente. Além disso, é necessário responder perguntas como: por que os docentes não buscam se envolver mais com esse público? Por que dessa falta de continuidade na busca de conhecimentos especializados? Por que poucas atividades práticas na formação docente inicial?

Portanto, é indispensável reforçar que a EFE não é apenas adaptar a disciplina para que as PcDs possam participar, mas é se comprometer com a construção de uma cooperação inclusiva voltado para uma perspectiva mais educacional, com princípios, conteúdos e métodos que valorizem a diversidade.

Logo, partindo desse pressuposto, para que a inclusão na EFE seja mais efetiva, é necessário mudar a perspectiva de inclusão, que hoje é limitada, e se mostrar presente com atitudes práticas que envolvam os alunos PcDs, tratando-os com igualdade de direitos, dentro de suas especificidades. A preocupação em anuir a pessoa com deficiência deve ser constante, facilitando para uma maior diversidade de ensino e atenuando as poucas intervenções práticas sem especificidades.

Por fim, espera-se ter apresentado neste estudo parcelas dos reais problemas que impedem uma verdadeira inclusão na EFE, baseada na legalidade, indicando prováveis soluções para os apontamentos. Defende-se uma participação pontual de todos os atores envolvidos para diminuir a defasagem no ensino especializado para as PcD.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Luiza Tanure; et al. A pesquisa em atividade física adaptada. **Pensar a prática**, goiânia, v. 20, n. 1, jan/mar. 2017.

ANDRADE, José Milton Azevedo; Freitas, Ana Paula de. Possibilidades de atuação do professor de educação física no processo de aprendizagem de alunos com deficiência. **Movimento**, porto alegre, v. 22, n. 4, 1163-1176, out/dez.2016.

BARCELOS, Marciel; MARTINS, Rodrigo Lema Del Rio; BONFAT, Daniela Lima; BRITO Lucas Xavier. A inclusão na Educação Física escolar: um estudo narrativo com professores de Miracema do Tocantins/TO. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 32, n. 63, p. 01-18, julho/dezembro, 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 2175-8042.

BARRETO, Michelle Aline; LUCIANO, Tatiane Santos; PAULA, Laura Neves de; BORGES, Paula Aparecida. A preparação do profissional de Educação Física para a inclusão de alunos com deficiência. **Revista Podium: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v.2, n.1, p.152-167, jan/jun, 2013.

BETTI, M; Ferraz, O. L; Dantas, L.E.P.B.T. Educação Física escolar: estado da arte e direções futuras. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.25, p.105-15, dez. 2011.

BRANDÃO, M. de B.; CÂMARA, G. M. S.; RIBEIRO, M. C. V.; MANCINI, M. C. Participando da esportoterapia: percepção de pais de crianças com paralisia cerebral. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 243-252, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso 11 de maio de 2021.

BRASIL. Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 de outubro de 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 de dezembro de 1999;

BRASIL. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Conselho nacional de educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 11 de abril de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 6 de julho de 2015.

CASTELLANI, L.F. Educação física no Brasil: a história que não se conta. **Editora Papirus**. 18ª edição, 2010.

CARMO, A. A. do. Inclusão escolar e a educação física: que movimentos são estes? **Revista Integração**, Brasília, ano 14, p. 6-13, mar. 2002. Edição especial: Educação física adaptada.

CARVALHO, C. L.; ARAÚJO, P. F. Construindo um contexto inclusivo na educação física: possibilidades por Célestin Freinet. **Motrivivência**, V. 28, nº 47, maio/2016.

CARVALHO, C. L.; SALERNO, M. B.; PICULLI, Mariana; ARAUJO, Paulo Ferreira de. A percepção dos discentes de educação física sobre a inclusão escolar: reconstruções por intervenção na formação inicial. **Revista Motrivivência**. V. 29, nº 50, maio/2017.

CARVALHO, C. L.; SALERNO, M. B.; PICULLI, M.; ARAÚJO, P. F. A.. Inclusão na educação física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. Esp., p. 144-161, dezembro/2017.

CARVALHO, C.L; et. al. A percepção dos discentes de educação física sobre a inclusão escolar: reconstruções por intervenção na formação inicial. **Motrivivência** v. 29, n. 50, p. 153-169, maio/2017.

CARVALHO, C.L; et. al. INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. esp., p. 144-161, dezembro/2017.

CARVALHO, P. L. et. al. (A educação física no processo de inclusão de escolares com deficiência. **In: Anais do XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) / IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE): Implicações na/da educação física e ciências do esporte**. Brasília, 2011.

CASTRO; Marcelo M. C.; AMORIM, Rejane M. A. A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço permanente de vida. **Caderno Cedex**, v. 35, n. 95, p. 37- 55, abr. 2015.

CASTRO, M. O. R.; TELLES, S. C. C.. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares do Brasil: uma revisão sistemática de literatura. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 32, n. 62, p. 01-20, abril/junho, 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 2175-8042.

CHICON, J. F. Inclusão e exclusão no contexto da Educação Física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, n.1, p. 13- 38, jan./abr. 2008.

CHICON, J. F.; HUBER, L. L.; ALBIÁS, T. R. M. A.; SÁ, M. G. C. S.; ESTEVÃO, A. Educação física e inclusão: a mediação pedagógica do professor na brinquedoteca. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, 279-292, jan./mar. de 2016.

CHICON, J. F.; OLIVEIRA, I. M; SANTOS, R. S; SÁ, M. G. C. S. A brincadeira de faz de conta com crianças autistas. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 31, n. 59, p. 01-22, julho/setembro, 2019. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 2175-8042.

COSTA, M. A; SOUZA, B. S. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século xxi. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004.

DARIDO, S. C. Educação física na escola: questões e reflexões. **Editora Guanabara Koogan s.a**, 2003.

DAXENBERGER, A. C. S; CASTRO, J. M. C; CÂNDIDO, M. L. A; HENRIQUES, L. T. Equoterapia como ação extensionista de inclusão social e escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 34, n. Esp., p. 29-38, 2020.

FERNANDES, L. P; MÜLLER, V. R. **Exclusão e Inclusão Social: contribuições e experiências inclusivas na educação física**. Curitiba: SEED/PR, 2009.

FIGUEREDO, P. R. P; MANCINI, M. C; BRANDÃO, M. B. “Vai jogar?” Fatores que influenciam a participação de adolescentes com paralisia cerebral na educação física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 801-814, jul./set. de 2018.

FRAGOSO, F. M. R. A, e CASAL, J. Representações sociais dos educadores de infância e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 18, n. 3, p. 527-546, Jul.-Set., 2012.

FURTADO, O. L. P. C.F; MORATO, M. P; GUTIERREZ, G. L; ALVES, M. L. T. A participação de jovens com deficiência visual em aulas de educação física: experiências na rede regular e em instituições especializadas. **Pensar a Prática**, Goiânia, 2019, v. 22: 51682

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. M. **Análise da disciplina e Educação Física especial nas Instituições de Ensino Superior públicas do estado do Paraná**. 2007. 198f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GUTIERRES, P. J. B. F; MONTEIRO, M. D. F; SILVA, R; VARGAS, C. R. Concepções, opiniões e atitudes docentes associadas à inclusão da pessoa com deficiência na educação física: uma revisão da produção científica brasileira. **Liberabit**, Lima, v.17, n.1, ene/jun, 2011.

HILDERLEY, E; RHIND, D. **Including children with cerebral palsy in mainstream physical education lessons: A case study of student and teacher experiences**. *Graduate Journal of Sport, Exercise & Physical Education Research*, v.1, p.1–15, 2012.

LEHNHARD, G. R. et al. A inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas e em aulas de Educação Física: um diagnóstico. Estudo de iniciação Científica financiado pelo Programa de Licenciatura (PROLICEN) da Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil. <http://www.efdeportes.com/> **Revista Digital - Buenos Aires** - Ano 14 - Nº 139 - Dez. 2009.

MEC. Plano nacional de educação em direitos humanos, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file> Acesso em: 11 de abril de 2020.

MEC. Plano de Desenvolvimento da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf> Acesso em: 11 de abril de 2020.

MIZUKAMI, M. G. N. Formação de professores, conhecimento da docência e casos de ensino. In: REALI, Aline M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. (orgs). Formação de professores: práticas pedagógicas e escola. 151-174. EdUFSCar, São Carlos 2002..

OLIVEIRA, F. R. S; LOPES, K. F; CARVALHO, C. L; ARAÚJO, P. F. A visão da pessoa com deficiência por crianças sem deficiência entremeada pela dança: um encontro de possibilidades. **Motrivivência**, v. 31, n. 59, p. 01-22, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, julho/setembro, 2019..

PEDROSA, V. S; BELTRAME, A. L. N; BOATO, E. M; SAMPAIO, T. M. V. A experiência dos professores de Educação Física no processo de inclusão escolar do estudante surdo. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v.21, n.2, p.106-115, 2013.

RODRIGUES, D. A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas, R. da Educação Física/**UEM. Maringá**, v. 14, n. 1, p. 67-73, 1. sem. 2003.

ROSSI-ANDRION, P; VILARONGA, C. A. R; MUNSTER, Mey de Abreu van. Formação profissional inicial em atividade física adaptada: análise da produção científica internacional. **Movimento**, v. 25, e25056, Porto Alegre, 2019.

SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. **Porto Alegre: Artmed**, 2000.

SAMPAIO R. F; MANCINI M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.** vol.11 no.1, São Carlos, jan./fev. 2007.

SALERNO, M. B. **A formação em Educação Física e o trabalho com a pessoa com deficiência: percepção discente**. 2014. 184 p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SANFELICE, J. L. Escola pública e gratuita para todos: inclusive os deficientes mentais. **Cadernos Cedes**. São PauloSP: Cortez, p.29-37, 1989.

SANTOS, M. O; CARVALHO, C. L; ARAÚJO, P. F; SALERNO, M. B. Educação Física escolar e inclusão: um estudo de caso no Brasil sob a óptica do modelo bioecológico. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, p. 01-21, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, abril/junho, 2020.

SIMÕES, A. S; LORENZINI, A. R; GAVIOLI, R; CAMINHA, I. O; JUNIOR, M. B. M. S; MELO, M. S. T. A EDUCAÇÃO FÍSICA E O TRABALHO EDUCATIVO INCLUSIVO. **Movimento**, v. 24, n. 1., p. 35-48, Porto Alegre, jan./mar. de 2018.

UNESCO. Declaração de Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso: 27 março de 2020.

VASCONCELLOS, A.S; et. al. Inclusão e educação física no município de rio grande: reflexões sobre as percepções dos educandos com deficiência. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 835-848, jul./set. de 2016.

VYGOTSKI, L.. **Manuscrito de 1929. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 23-44, 2000.